



Associação Portuguesa de Pais e Amigos
do Cidadão Deficiente Mental de Matosinhos
Relatório de Gestão e Contas 2020

Missão da Organização	Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
Visão	Ser uma organização de referência no concelho na resposta ao cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias.
Valores	Integridade, Rigor, Confidencialidade, Privacidade, Criatividade, Flexibilidade.



Handwritten signatures and initials, including the word 'Contas' and a large signature.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MATOSINHOS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos alterados e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º139/2007, de 29 de janeiro.

O registo efetuado pela Direção-Geral da Segurança Social foi lavrado pelo averbamento n.º2, à inscrição n.161/01, a fls.29 e 29 Verso do Livro n.º9 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 23/11/2015.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2020, da APPACDM de Matosinhos.**



Handwritten signature and initials in the top right corner.

EDITORIAL

Em conformidade com o dever estatutário a APPACDM de Matosinhos apresenta o Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2020. Este foi um ano particularmente difícil na vida de todos nós. A pandemia, COVID-19, alterou as nossas vidas e a dinâmica organizacional da APPACDM, não foi exceção. A gestão em tempo *record* da contingência, o cumprimento rigoroso das orientações emanadas pela Direção Geral de Saúde e Tutela, agudizou as dificuldades, acentuando o esforço em restabelecer, em curto espaço de tempo e com o menor impacto possível, as atividades, os serviços e a realocação das equipas, recursos e equipamentos, num novo enquadramento Institucional e Social. A necessidade de utilização de equipamentos de proteção individual, a testagem no contexto epidemiológico, representou um dos mais sérios constrangimentos e desafios quer pela ordem de grandeza, quer pelos custos associados.

Graças ao sentido de responsabilidade e solidariedade de todos: profissionais, pais, amigos e demais entidades, ultrapassamos com sucesso as diferentes etapas. Neste carrossel de emoções e na expectativa do que seria o amanhã, deparamo-nos com vários cenários que passaram pela redução, suspensão de atividades ou suspensão temporária das mesmas.

A Direção da APPACDM de Matosinhos, agradece, reconhecida, a todos os profissionais que, em detrimento da sua vida pessoal e familiar, têm apoiado os nossos utentes e suas famílias num momento tão difícil. Muita coisa se alterou com este impressionante momento que vivemos, apesar disso, nunca vislumbrámos mais nada, que não fosse um sorriso, uma vontade genuína de ajudar, de apoiar, de tornar sempre felizes, estes nossos miúdos grandes.



1. RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

A APPACDM de Matosinhos orienta a sua atuação de acordo com a sua Missão - Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como, suas famílias. Ao longo do ano 2020, com as conhecidas condicionantes, a Direção procurou garantir o equilíbrio da instituição e paralelamente dotá-la de equipamentos, projetos e instrumentos de gestão. Tal foi possível através da definição e implementação de um plano de contingência que garantisse a segurança e bem-estar dos utentes das diferentes respostas sociais. Procuramos responder às necessidades, adotando um modelo de intervenção à distância e apoio psicossocial, por contacto telefónico, comunicação eletrónica ou mesmo com deslocações ao domicílio, aos utentes das restantes Respostas Sociais, - Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) e Unidade de Artes e Tempos Livres (UATL). Por outro lado, aprofundou-se o conhecimento da realidade da instituição, recorrendo a reuniões, e outros encontros formais e informais de forma a prestar uma intervenção mais eficaz.

1.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE RESPOSTAS SOCIAIS – 2020

Estabelecimento	Resposta Social	Nº Respostas
Centro Dr. Leonardo Coimbra	CAO Centro Dr. Leonardo Coimbra e CAO da Sra. da Hora	147
	Pousada	16
	UATL	72
	Laranjeiras	CAO das Laranjeiras
	Lar das Laranjeiras	12
Senhora da Hora	Lar da Senhora da Hora	18
Circunvalação	Lar da Circunvalação	8
Centro Saúde da Sra. da Hora (sede)	ELI de Matosinhos	53 (249)
	Total	346

1.1.1. Equipa Local de Intervenção (ELI) de Matosinhos

A ELI de Matosinhos está integrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), que apoia crianças entre os 0 e os 6 anos, em situação de risco estabelecido, biológico ou ambiental, bem como às respetivas famílias, cujo contexto educativo está integrado no concelho de Matosinhos.

A ELI tem a missão de garantir a intervenção precoce na infância, promover a qualidade de vida e inclusão social, através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família nos seus contextos de vida.

A equipa técnica da APPACDM de Matosinhos continuou a integrar a Equipa Local de Intervenção de Matosinhos, em articulação com os técnicos de saúde e educação. O número dos elementos da equipa mantém-se, bem como a percentagem de afetação. Apesar do número de crianças referenciadas estar acima do protocolado, ainda se aguarda revisão do acordo de cooperação, sendo este um motivo de preocupação.

Em Matosinhos, os casos de crianças com alterações ao nível do desenvolvimento continua a aumentar e por consequência o número de pedidos de apoio à ELI também. Em 2020 foram apoiadas 249 crianças, sendo que o protocolo de cooperação entre a APPACDM e o Instituto da Segurança Social, I.P. abrange apenas 53 crianças.

1.1.2. CAO – CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Centro de Atividades Ocupacionais "...visa a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência mental, permitindo a resposta às suas necessidades e o desenvolvimento das suas capacidades, sem vinculação a exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral." Os CAO apoiam pessoas com deficiência mental e multideficiência, com idades a partir dos 16, residentes nos Concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo, Porto e Gondomar (com exceção dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino regular).

Nos Centros de Atividades Ocupacionais mantivemos o apoio a 201 pessoas com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 19 e os 73 anos de idade.



Os Centros de Atividades Ocupacionais proporcionam atividades estritamente ocupacionais e atividades socialmente utentes, aplicando-se estas últimas ao CAO das Laranjeiras e da Sra. Hora, atividades lúdico-terapêuticas, de desenvolvimento pessoal e social, de participação e integração social, na comunidade.

Ao longo do ano os objetivos os clientes usufruíram das atividades definidas no Plano Geral de Atividades e no Plano Individual (PI), onde se definem as áreas, objetivos e indicadores a trabalhar. A Intervenção é definida para cada cliente em função da avaliação funcional realizada pelos técnicos especializados do CAO. São depois elaborados e executados os planos de sessão e, numa fase posterior, procede-se à revisão e avaliação dos PI's, em equipa multidisciplinar. A monitorização e avaliação dos PI's possibilita o reajuste da intervenção individual.

Dada a situação epidemiológica, no dia 13 de março foram suspensas as atividades presenciais do CAO que retomaram a 1 de junho, não se cumprindo na integra os objetivos previamente definidos. Neste sentido, adequaram-se estratégias e procedimentos às dinâmicas diárias de intervenção. Fruto das vicissitudes da pandemia, adaptou-se o plano de comunicação instrumentos de trabalho recorrendo às plataformas digitais, nomeadamente videochamadas entre outros. No entanto, e na medida do possível, mantivemos apoio a utentes e famílias, consoante as necessidades que surgiam. Durante este período, parte dos profissionais de CAO integraram as quatro residências, o que possibilitou o desenvolvimentos de atividades dirigidas a estes utentes.

1.1.3. LRE – LARES RESIDENCIAIS

Os Lares Residenciais pretendem ser um "...equipamento social para acolhimento de pessoas com deficiência, que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar". Os Lares Residenciais da Instituição acolhem e apoiam pessoas com deficiência mental, de ambos os géneros, a partir dos 16 anos de idade e sem retaguarda familiar adequada, em regime de internamento, com carácter temporário ou definitivo.



A APPACDM de Matosinhos manteve em funcionamento os Lares Residenciais:

- **Pousada do Centro Dr. Leonardo Coimbra** que conta com 16 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 30 e os 73 anos de idade.
- **Lar das Laranjeiras** que conta com 12 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 29 e os 73 anos de idade.
- **Lar da Senhora da Hora** que conta com 18 residentes com deficiência mental e multideficiência, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 27 e os 72 anos de idade.
- **Lar da Circunvalação** que conta com 8 residentes com deficiência mental, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 21 e os 50 anos de idade.

À semelhança do CAO é elaborado o Plano Individual com base no perfil dos clientes e definida a intervenção, sendo esta orientada para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e bem-estar.

Por decisão da Direção e seguindo as orientações da tutela, a partir do dia 09 de março, assistimos ao cancelamento de todas as atividades das residências, ficando assim, os utentes confinados. Esta medida, embora prudente, condicionou a execução das atividades planeadas e impossibilitou a participação nas atividades ocupacionais e sócio-culturais, bem como, restrições de contactos presenciais com familiares. De modo a garantir uma resposta mais abrangente e reforço das equipas das residências, os colaboradores dos Centros de Atividades Ocupacionais integraram as equipas das residências. Face ao exposto, não foi possível executar as atividades planeadas.

1.1.4. UATL – UNIDADE DE ARTES E TEMPOS LIVRES

Atualmente, a APPACDM de Matosinhos disponibiliza uma Unidade de Artes e Tempos Livres (UATL), que procura promover o desenvolvimento das capacidades terapêuticas e desportivas de jovens/adultos. Esta unidade desenvolve atividades desportivas: atletismo, futebol e jogos adaptados, terapia ocupacional e psicomotricidade. É também objetivo participar em competições que fazem parte do quadro competitivo dos vários organismos desportivos.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Nesta unidade respondemos a 72 pessoas com deficiência mental, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 20 e os 73 anos de idade.

Esta resposta também viu as suas atividades suspensas de 13 de março a junho, sendo plano de atividades parcialmente cumprido.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E METAS ALCANÇADAS

2.1. PARCERIAS

Ao longo deste ano estabeleceram-se novas parcerias e mantiveram-se as já existentes, destacam-se:

Os estágios académicos de Escolas profissionais e Universidades assumem-se uma mais-valia, este ano concretizou-se mais uma parceria com Universidade, Ho Gent – Bélgica.

Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, no âmbito da candidatura ao Programa Bairros Saudáveis.

A parceria e a relação de proximidade com a Câmara Municipal de Matosinhos, continua profícua, no apoio ao desenvolvimento das nossas atividades.

A UDIPSS-Porto, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto promoveu ações no âmbito dos Acordos de Cooperação com Instituto da Segurança Social, I.P., nomeadamente, o equipamento de proteção individual e as ações formativas.

A participação ativa na Rede Social de Matosinhos, com representação na Comissão Social de Freguesia da União de Freguesias de S. Mamede e Senhora da Hora.

A Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual (ANDDI), parceria de excelência, desenvolve e organiza a prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental/incapacidade intelectual. No âmbito desta parceria continuamos a participar em atividades desportivas.

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como Instituição Particular de Solidariedade Social, a APPACDM de Matosinhos tem uma importância acrescida enquanto agente mobilizador da participação na sociedade e na

Nesta unidade respondemos a 72 pessoas com deficiência mental, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 20 e os 73 anos de idade.

Esta resposta também viu as suas atividades suspensas de 13 de março a junho, sendo plano de atividades parcialmente cumprido.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E METAS ALCANÇADAS

2.1. PARCERIAS

Ao longo deste ano estabeleceram-se novas parcerias e mantiveram-se as já existentes, destacam-se:

Os estágios académicos de Escolas profissionais e Universidades assumem-se uma mais-valia, este ano concretizou-se mais uma parceria com Universidade, Ho Gent – Bélgica.

Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, no âmbito da candidatura ao Programa Bairros Saudáveis.

A parceria e a relação de proximidade com a Câmara Municipal de Matosinhos, continua profícua, no apoio ao desenvolvimento das nossas atividades.

A UDIPSS-Porto, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto promoveu ações no âmbito dos Acordos de Cooperação com Instituto da Segurança Social, I.P., nomeadamente, o equipamento de proteção individual e as ações formativas.

A participação ativa na Rede Social de Matosinhos, com representação na Comissão Social de Freguesia da União de Freguesias de S. Mamede e Senhora da Hora.

A Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual (ANNDI), parceria de excelência, desenvolve e organiza a prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental/incapacidade intelectual. No âmbito desta parceria continuamos a participar em atividades desportivas.

2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como Instituição Particular de Solidariedade Social, a APPACDM de Matosinhos tem uma importância acrescida enquanto agente mobilizador da participação na sociedade e na

comunidade, criando constantemente sinergias. Em tempos de Pandemia as nossas ações ficaram condicionadas, ainda assim cumprimos com sucesso as ações em que estivemos envolvidos.

A Instituição apresentou uma candidatura para aquisição/instalação de Painéis Fotovoltaicos, ao programa NORTE 2020, AVISO N.º NORTE 42 – 2019 – 45, sendo a mesma aprovada.

No âmbito da aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), a Instituição candidatou-se ao Programa Adaptar Social +, sendo o mesmo aprovado.

Iniciamos a novo ano com o **27ª Grande Prémio dos Reis**, prova competitiva que visa promover a excelência desportiva de vários atletas com multideficiência em cadeiras de rodas, problemas motores associados, Síndrome de *Down*, autismo e deficiência mental do distrito do Porto. Esta edição assumiu um novo formato, pois contou com a participação do desporto escolar. Na prova marcaram presença 370 atletas e cerca de 150 participantes.

Em fevereiro realizamos a **1ª Jornada do Campeonato Nacional de Futsal**, que se realizou no campo de jogos do Centro Dr. Leonardo Coimbra, estando presentes a APPACDM do Porto, a APPACDM de Gaia e o Clube de Gaia e contou com a presença 42 pessoas.

Ainda em fevereiro participamos no 26º Corso de Carnaval da cidade de São Mamede de Infesta, organizado pela Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta, este ano com o tema: Emojis.

No âmbito das Comemorações dos 500 anos da primeira Volta ao Mundo, por Fernão de Magalhães e Elcano, o projeto "**Um TRAÇO por Magalhães**", desenvolvido pelo Centro Artístico – "A CASA AO LADO", o Município organizou-se para este fim, através da participação em rede da Comissão Social de Freguesia União das Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora e convidou-nos a participar. Deste feito foi possível que um grupo de utentes e comunidade envolvente, pintassem um dos muros do Lar residencial das Laranjeiras.

Em outubro um grupo de utentes dos Lares Residenciais participaram na **Colónia de Férias** que se realizou no Parque Nacional da Peneda Gerês, Pensão Manuel Pires. Cumpriram-se todas as medidas de segurança a que a situação nos obrigava, sendo possível explorar e experienciar um contacto único com a natureza e com o meio envolvente.

2.3. ÉTICA

A dinâmica Institucional rege-se por princípios éticos, privilegiando o respeito para com o cliente e os seus significativos. Neste âmbito, a consciencialização ética é uma componente presente nas reuniões de equipa, focalizada na proteção de dados sensíveis dos clientes, famílias e colaboradores.

Durante o ano de 2020, não foram verificadas ocorrências ou reclamações ao nível do domínio ético. Estes resultados espelham as boas práticas vivenciadas na APPACDM e que são consideradas na atuação das equipas que diariamente asseguram o cumprimento das normas éticas na instituição.

2.4. PARTICIPAÇÃO

A participação de todos os intervenientes na Instituição mantém-se como um princípio fundamental do bom funcionamento Institucional. Assim, a APPACDM de Matosinhos continua a incentivar e a envolver os clientes, significativos e colaboradores, de forma a responder às necessidades de todas as partes.

Destacamos as Reuniões Gerais de Clientes que continuam a assumir um papel determinante na vida dos clientes, pois é neste momento que se exercita a auto-representação e auto-determinação. As reuniões realizam-se trimestralmente e possibilitam a partilha, discussão e debate das necessidades identificadas pelos clientes ao longo das suas vivências diárias. Este ano realizou-se, apenas uma reunião, no mês de fevereiro.

2.5. QUALIDADE

Ao longo do ano mantivemos os processos chave, de acordo com o Manual de Boas Práticas da Segurança Social seguindo as orientações e critérios exigidos pela Segurança Social. Dada a situação epidemiológica, Coronavírus SRS-CoV-2, foi elaborado o Plano de Contingência de acordo com as orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), conforme orientação nº 006/2020, de 26 de fevereiro e a orientação nº 009/2020, de 11 de março, atualizada a 23/07/2020 e Norma 004/2020, atualizada a 14/10/2020.

2.6. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos preocupamo-nos com os colaboradores, a produtividade e a aprendizagem de novas competências. Durante o ano de 2020 foram admitidas duas colaboradoras, sendo elas: 1 nutricionista, 1 cozinheira e 1 Ajudante de Ação Direta. No âmbito da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, contamos ainda com 3 Ajudantes de Ação Direta e 1 Trabalhadora Auxiliar, de modo a reforçar a equipa das Residências.

2.7. QUALIDADE DE VIDA

A Qualidade de Vida é um dos fatores primordiais da nossa intervenção. O modelo da qualidade de vida assenta na análise de necessidades, expectativas e satisfação de cada pessoa.

Os diferentes espaços da instituição têm sido alvo de obras de requalificação/manutenção, de forma a melhorar e aprimorar os acessos/espços dos nossos clientes. Destacamos o refeitório que se situa no 1º andar.

2.8. CONFIDENCIALIDADE

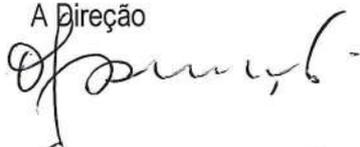
A APPACDM de Matosinhos estima a confiança que os clientes depositam em si, continuando empenhada em proteger os dados pessoais dos Clientes e Utilizadores de produtos e serviços da organização e, bem assim, os dados pessoais dos respetivos titulares em todas as situações em que ocorra um tratamento dados pessoais. Neste sentido, continuamos a ter como princípios e propósito a Política de Privacidade, a qual tem subjacente o seu compromisso em respeitar as regras de proteção de dados pessoais, sob orientação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD").

2.9. HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Este ano, com as medidas de contingência, no combate à pandemia, a higiene, saúde e segurança no trabalho assumiram um reforço diferenciado. A empresa LTMED, prestadora de serviços externos na área da Segurança e Saúde no Trabalho, ministrou ações de formação e sensibilização, no âmbito da COVID-19.

S. Mamede de Infesta, 13 de maio de 2021

A Direção



Conceição Maria Herculano da Silva Piçarra
Virgínia Dulce dos Santos Lúcia Duarte
Jardineira
Ana Amélia Pereira Costa

APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL

Anexo 2020

Índice		
1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Activos Fixos Tangíveis	9
6	Activos Intangíveis	10
7	Loações	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos	10
9	Inventários	11
10	Rédito	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	12
14	Imposto sobre o Rendimento	12
15	Benefícios dos empregados	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
17	Outras Informações	13
17.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13
17.2	Cientes e Utentes.....	13
17.3	Outras contas a receber.....	14
17.4	Diferimentos	14
17.5	Outros Activos Financeiros	14
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	14
17.7	Fundos Patrimoniais	14
17.8	Fornecedores	15
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
17.10	Outras Contas a Pagar.....	16
17.11	Outros Passivos Financeiros.....	16
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração.....	16
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	16
17.14	Outros rendimentos e ganhos	17
17.15	Outros gastos e perdas	17
17.16	Resultados Financeiros	17
17.17	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA MENTAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição particular de solidariedade social" com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta. Tem como actividade, para que possa prosseguir, os seguintes objectivos:

- Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar
- Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental
- Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhe cabe na resolução dos cidadãos com deficiência mental e respectiva família
- Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos, partilhar lugares comuns, fazer escolhas, desenvolver capacidades, ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da APPACDM e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por: • Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); • Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março; • Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março; • NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e • Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção, inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância, devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição, ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem, ou ainda, um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a sua conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções, detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, aferido por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber/ Outros Ativos Correntes

Os "Clientes" e as "Outros Ativos Correntes" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2020

Handwritten signature and initials in the top right corner.

APPACDM DE MATOSINHOS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL

1. Enquadramento Institucional

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição particular de solidariedade social ” com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, da APPACDM.

2. Execução Orçamental

O quadro seguinte evidencia o comportamento da execução orçamental, dos gastos realizados e dos rendimentos obtidos, em 2020.

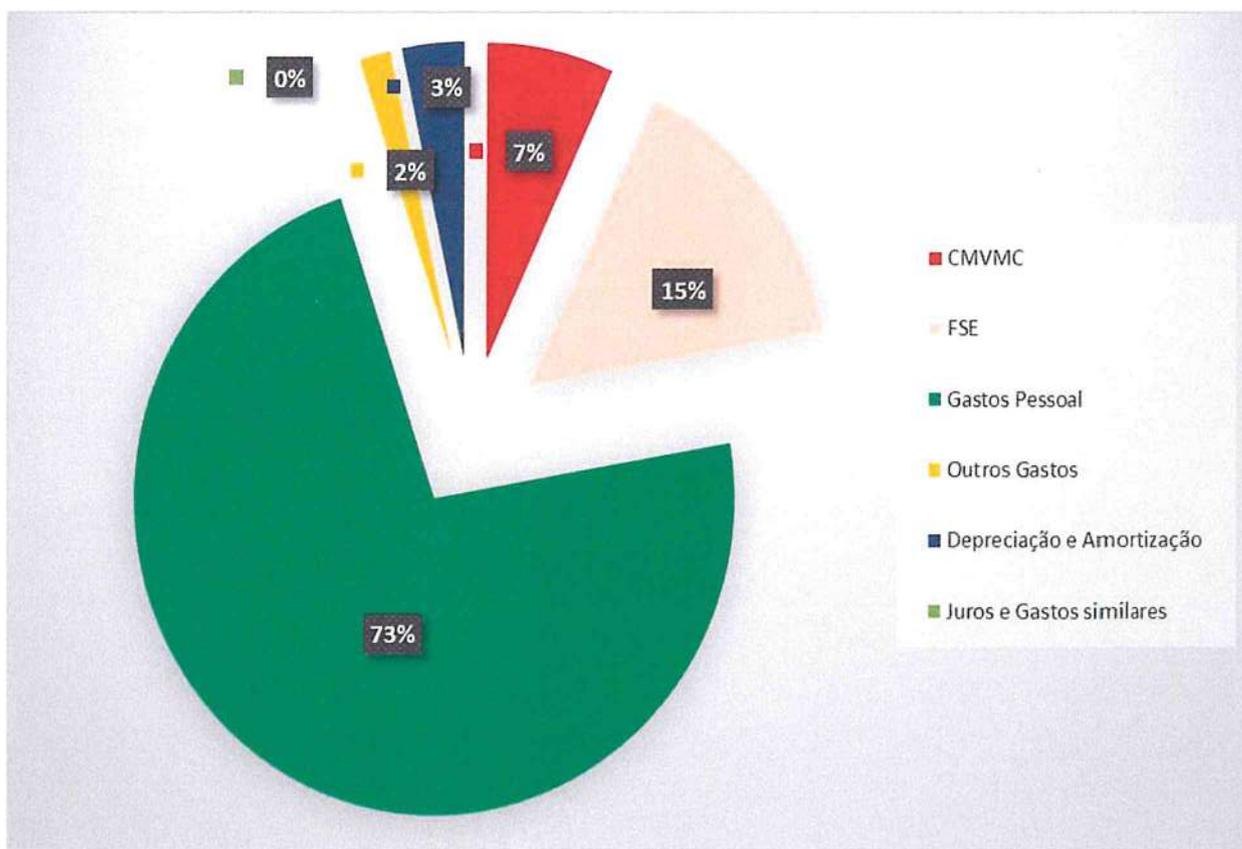
Rubrica	Orçamento	Execução	Variação	
			Valor	%
Custos das Mercadorias Vendida e Matérias Primas Consumidas	148 995,60	157 619,79	8 624,19	5,79%
Fornecimentos e Serviços Externos	384 084,48	355 720,60	-28 363,88	-7,38%
Gastos com o Pessoal	1 750 494,00	1 683 007,97	-67 486,03	-3,86%
Gastos e Depreciações de Amortizações	77 856,80	77 472,35	-384,45	-0,49%
Outros Gastos e Perdas	10 738,00	39 652,79	28 914,79	269,28%
Gastos e Perdas de Financiamento	400,00	233,57	-166,43	-41,61%
Total	2 372 568,88	2 313 707,07	-58 861,81	-2,48%
Prestação de Serviços	445 193,35	480 891,21	35 697,86	8,02%
Subsídios à Exploração	2 062 735,55	2 110 894,35	48 158,80	2,33%
Outros rendimentos e Ganhos	6 335,75	42 226,74	35 890,99	566,48%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	200,00	2 703,89	2 503,89	1251,95%
Total	2 514 464,65	2 636 716,19	122 251,54	4,86%

Handwritten signature and initials at the top right of the page.

Na generalidade, constata-se que APPACDM, apresenta uma despesa inferior em 2,48%, face ao valor orçamentado e um aumento dos rendimentos, em 4,86%, face ao valor orçamentado.

a) Execução da Despesa

A despesa total da APPACDM ascende a 2.313.707,07 de Euros.

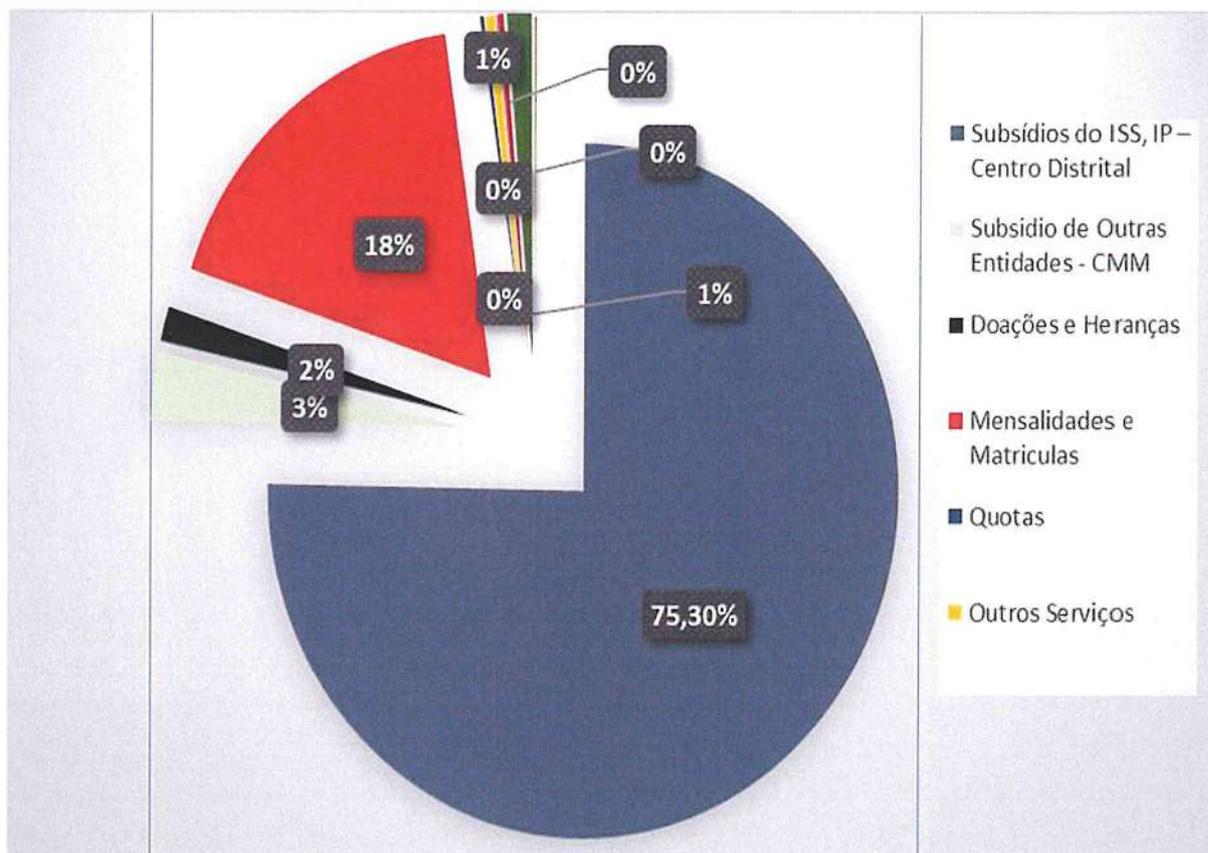


A composição dos gastos da APPACDM é a seguinte: 73% referente a gastos com pessoal, a 15%, referente a fornecimentos e serviços externos (FSE), 3% relativamente a gastos com depreciações, 7%, do CMVM e os outros gastos 2%.

F. Graça
A. [illegible]
C.F.

b) Execução dos rendimentos

O Rendimento total da APPACDM no valor de 2.636.716,19 Euros.



A Rubrica de Subsídios do ISS, IP- Centro Distrital, representa 75% das receitas, Mensalidade e Matrículas 18%, Subsidio de Outras Entidades 3%, e as restantes rubricas 4% .

Todas as rubricas de rendimentos registaram uma variação positiva face ao orçamentado.

Análise Económica e Financeira

Handwritten signature and initials in the top right corner.

A Direção da APPACDM apresentou no ano findo de 2020, o resultado líquido do exercício no montante de 323009,12 Euros.

Nos **Custos**, verificou-se a seguinte evolução:

Rubrica	2019	2020	%
Custo das Mercadorias Vendidas e das MC	168 777,58	157 619,79	-6,61%
Sub-Total	168 777,58	157 619,79	-6,61%
Serviços Especializados	108 671,43	87 948,73	-19,07%
Subcontratos	917,29	122,38	-86,66%
Materiais	21 640,59	23 058,97	6,55%
Energia e Fluidos	90 648,39	76 159,91	-15,98%
Deslocações e Estadas e Transporte	9 160,14	5 572,66	-39,16%
Serviços Diversos	221 047,45	142 285,41	-35,63%
Encargos com Utentes	24 027,23	20 572,54	-14,38%
Sub-Total	476 112,52	355 720,60	-25,29%
Gastos com o Pessoal	1 692 839,79	1 683 007,97	-0,58%
Sub-Total	1 692 839,79	1 683 007,97	-0,58%
Gastos com apoios financeiros concedidos	9 990,00	5 027,50	-49,67%
Fundo de reestruturação solidária			
Outros não especificados	18 832,32	34 625,29	83,86%
Sub-Total	28 822,32	39 652,79	37,58%
Depreciação e Amortização	79 694,85	77 472,35	-2,79%
Sub-Total	79 694,85	77 472,35	-2,79%
Juros e Gastos similares		233,57	100,00%
Sub-Total			100,00%
Total dos Gastos	2 446 247,06	2 313 707,07	-5,42%

Face ao ano de 2019, os custos registaram uma diminuição de 132.539,99 Euros. Esta realidade verifica-se praticamente em todas as rubricas, excepto na rubrica de Materiais, sendo os decréscimos mais significativos nas rubricas de serviços diversos, consequência da não utilização da piscina da Matosinhos Sport , devido à COVID 19.

Nos **proveitos**, verificou-se a seguinte evolução:

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Rubrica	2019	2020	%
Subsídios do ISS, IP – Centro Distrital	1 930 893,55	1 985 427,87	2,82%
Subsídio I.E.F.P Delegação Regional	0	0	
Subsidio de Outras Entidades - CMM	156 622,64	83 228,40	-46,86%
Doações e Heranças	44 777,00	42 238,08	-5,67%
Sub-Total	2 132 293,19	2 110 894,35	-1,00%
Mensalidades e Matrículas	493 386,64	462 805,11	-6,20%
Quotas	5 193,50	5 258,00	1,24%
Outros Serviços	23 536,25	12 828,10	-45,50%
Sub-Total	522 116,39	480 891,21	-7,90%
Outros Rendimentos Suplementares	15 882,40	2 964,30	-81,34%
Imputação de Subsídios de Investimento	14 002,13	7 242,18	-48,28%
Outros Não Especificados	33 528,23	32 020,26	-4,50%
Sub-Total	63 412,76	42 226,74	-33,41%
Juros e Rendimentos similares obtidos	0,00	2 703,89	-100,00%
Sub-Total	0,00	2 703,89	
Total dos ganhos	2 717 822,34	2 636 716,19	-2,98%

Face ao ano de 2019, as receitas registaram uma diminuição de 81.106,15 Euros. Esta realidade verifica-se na rubrica subsídios do ISS, devido ao aumento das participações.

Quanto à situação patrimonial da APPACDM, registou-se uma variação positiva de 408.918,88 Euros, em relação ao exercício anterior.

Os saldos bancários, em 31 de Dezembro de 2020 ascendiam a 2.345.932,81 Euros.

O saldo da conta clientes apresentou o valor de 51.596,94 Euros, dos quais 17.221,70 Euros referem-se a clientes gerais empresas e 34.375,24 Euros a clientes/utentes.

O montante de 4793,67 Euros, registado em diferimentos, refere-se aos custos com os seguros, a serem considerados em 2021.

Quanto ao Fundo Patrimonial, há a registar uma variação positiva 85.909,76 Euros, resultante da transferência numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações/ amortizações do investimento a que diz respeito, e por força do investimento na aquisição de veículos, com o apoio subsídio da Câmara Municipal de Matosinhos, no montante de 61.151,94, e também foi registado nos Fundos Patrimoniais o valor atribuído pelo BPI Capacitar, no montante de 32.000,00 Euros.

Quanto ao passivo corrente, a rubrica Fornecedores regista o valor de 53.384,18 Euros, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta o valor de 68.757,80 Euros.

A rubrica Outros passivos correntes, apresenta o montante de 279 108,92Euros, referentes às remunerações e encargos com Férias e Subsídio de Férias, a serem pagos em 2021.

4. Proposta de aplicação de resultados.

A direcção da APPCDM propõe que o resultado positivo de 323.009,12 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

5. Outros

De acordo com o disposto no decreto - lei nº 534/80, de 7 de Novembro e Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Após exercício, não se registaram factos relevantes.

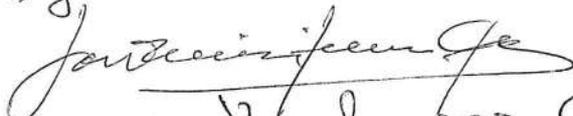
Matosinhos, 15 de Março de 2021

A Direcção



Graciosa Helena Aguiar de Silva Pinto

Virgínia Dulce dos Santos Lúcia Duarte



Ana Amélia Pereira Costa

APPACDM - Matosinhos

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2020

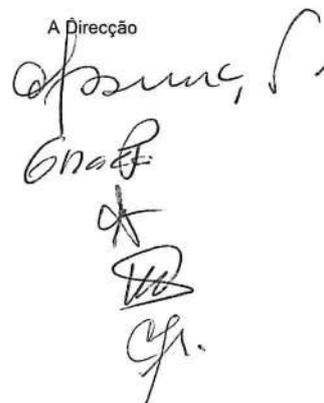
(Valores expressos em euros)

	Notas	2020	2019
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		478 996,86	518 796,30
Pagamentos a fornecedores		-425 738,93	-588 222,92
Pagamentos ao pessoal		-1 685 551,33	-1 351 884,49
Caixa gerada pelas operações		-1 632 293,40	-1 421 311,11
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-6 626,02	-11 063,06
Outros recebimentos/pagamentos		2 050 130,50	1 785 350,22
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		411 211,08	352 976,05
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-119 517,20	-11 115,44
Outros activos		-9 182,19	-3 127,27
		-128 699,39	-14 242,71
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3 500,00	7 550,00
Subsídios ao investimento		2 703,89	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
		6 203,89	7 550,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-122 495,50	-6 692,71
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		233,57	0,00
		233,57	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		233,57	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		288 949,15	346 283,34
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2 056 983,66	1 710 700,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 345 932,81	2 056 983,66

A Contabilista Certificada
(nº 45587)



A Direcção



APPACDM - Matosinhos

Demonstração de Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	2020	2019
Serviços prestados	10	480.891,21	522.116,35
Subsídios à exploração	12 e 17.12	2.110.894,35	2.132.293,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-157.619,79	-168.777,58
Fornecimentos e serviços externos	17.13	-355.720,60	-476.112,52
Gastos com o pessoal	15	-1.683.007,97	-1.692.839,75
Outros rendimentos	17.14	42.226,74	63.412,7€
Outros gastos	17.15	-39.652,79	-28.822,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		398.011,15	351.270,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-77.472,35	-79.694,85
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		320.538,80	271.575,28
Juros e rendimentos similares obtidos		2.703,89	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.16	-233,57	0,00
Resultado antes de impostos		323.009,12	271.575,28
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		323.009,12	271.575,28

A Contabilista Certificada
(nº45587)

N. Zelic / 2011

A Direção

João C. Gonçalves
CP

APPACDM - Matosinhos

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.2020</u>	<u>31.Dez.2019</u>
Activo			
Activos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	936.362,81	897.346,20
Total dos Activos Não Correntes		<u>936.362,81</u>	<u>897.346,20</u>
Inventários	3.2.6 e 9	3.734,30	2.263,58
Clientes e Utentes	17.2	51.596,94	60.958,18
Fundadores	17.1	8.938,45	6.396,45
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 17.9	0,00	1.047,84
Outros ativos correntes	17.3	4.428,46	6.385,02
Diferimentos	17.4	4.793,67	1.197,81
Caixa e depósitos bancários	17.6	2.345.932,81	2.056.983,66
Total dos Activos Correntes		<u>2.419.424,63</u>	<u>2.135.232,54</u>
		<u>3.355.787,44</u>	<u>3.032.578,74</u>
Fundo Patrimonial			
Fundos	17.7	79.483,15	79.483,15
Resultados transitados	17.7	2.427.348,68	2.155.773,40
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.7	124.695,59	38.785,83
Resultado líquido do período		<u>323.009,12</u>	<u>271.575,28</u>
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>2.954.536,54</u>	<u>2.545.617,66</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos			
Total dos Passivos Não Correntes		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fornecedores	17.8	53.384,18	132.402,30
Estado e outros entes públicos	17.9	68.757,80	76.534,99
Outros passivos correntes	17.10	279.108,92	278.023,79
Total dos Passivos Correntes		<u>401.250,90</u>	<u>486.961,08</u>
Total do Passivo		<u>401.250,90</u>	<u>486.961,08</u>
		<u>3.355.787,44</u>	<u>3.032.578,74</u>

A Contabilista Certificada
(nº45587)

NEZ L. F. M.

A Direção

João C.
Conat
CP.

Entidade: APPACDM DE MATOSINHOS-ASS. PORT. PAIS AMIG. CID. DEF. MENTAL
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES NO ANO
 PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2019 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Circunvalação		Conjunto Hab. Laranjeiras		Cao SH		Centro Senhora da Hora		CAO				ATL	CAO IV	LAR	INR 175	TOTAL 2019
	LAR		LAR	CAO	LAR	UJP	LAR	LAR	CAO I	CAO III	CAO II						
Vendas e serviços prestados	36.208,01		35.663,56	38.342,31	29.485,16	265,94	54.555,38	265,94	8.870,88	30.138,56	48.174,45	131.032,92	15.461,77	52.692,29	0,00	480.891,23	
Custo das vendas e dos serviços prestados	100.892,89		150.797,12	125.115,69	131.976,75	85.062,76	225.563,47	85.062,76	47.413,18	165.645,59	187.630,64	355.549,02	63.100,06	200.701,74	1.178,85	1.840.627,76	
Resultado Bruto	-64.684,88		-115.133,56	-86.773,38	-102.491,59	-84.796,82	-171.008,09	-84.796,82	-38.542,30	-135.507,03	-139.456,19	-224.516,10	-47.638,29	-148.009,45	-1178,85	-1.359.736,53	
Outros Rendimentos	115.539,68		185.804,33	156.075,13	151.519,34	107.698,38	259.964,30	107.698,38	58.211,55	190.501,80	215.948,53	410.229,07	71.790,17	231.079,39	1463,3	2.155.824,97	
Gastos de Distribuição	21.927,12		46.277,95	40.635,95	28.755,34	20.439,00	49.336,02	20.439,00	11.047,38	36.153,43	40.982,71	77.853,27	13.624,34	43.854,24	2306,2	433.192,95	
Gastos administrativos	1.891,41		2.837,11	3.858,69	5.999,66	1.763,04	4.255,68	1.763,04	952,94	3.118,56	3.535,13	6.715,54	1.175,23	3.782,81	0	39.885,80	
Outros Gastos	27.036,27		21.555,71	24.807,11	14.272,75	699,52	35.364,51	699,52	7.668,93	15.722,78	31.974,50	101.144,16	9.352,31	35.432,89	-2.021,75	323.009,69	
Resultado operacional																	
Gastos de financiamento (líquidos)																	
Resultado antes de impostos	27.036,27		21.555,71	24.807,11	14.272,75	699,52	35.364,51	699,52	7.668,93	15.722,78	31.974,50	101.144,16	9.352,31	35.432,89	-2.021,75	323.009,69	
Imposto sobre o rendimento do período																	
Resultado líquido do período	27.036,27		21.555,71	24.807,11	14.272,75	699,52	35.364,51	699,52	7.668,93	15.722,78	31.974,50	101.144,16	9.352,31	35.432,89	-2.021,75	323.009,69	

A Contabilista Certificada
 (n.º45387)

Handwritten signature

Direção

Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature



APPACDM DE MATOSINHOS

Associação Portuguesa de Pais e Amigos

Do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra * 4465-189 S. M. Infesta

Telef.: 229012467/92 * Fax: 229023277

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Referente ao Exercício de 2020)

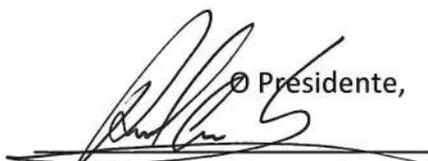
Nos termos estatutários, reuniu-se o Conselho Fiscal da APPACDM de Matosinhos para a análise e apreciação do “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2020”, documentos apresentados pela Direção e complementados por toda a documentação contabilística que lhes serviu de suporte.

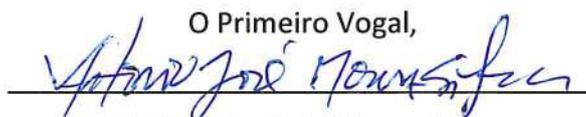
Concluída a análise exaustiva aos citados documentos e não encontrando, este Conselho Fiscal, matéria passível de suscitar dúvidas, considera que aqueles merecem o seu parecer favorável.

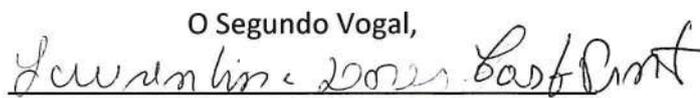
Nestes termos, julga o Conselho Fiscal que o “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2020” reúnem as condições necessárias para que possam ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

S. Mamede de Infesta, 31 de maio de 2021

O Conselho Fiscal


O Presidente,
Amadeu João Pires da Costa Lima

O Primeiro Vogal,

António José de Moura Silva

O Segundo Vogal,

Laurentina das Dores da Costa Pinto
